

A CARTEIRA PROFISSIONAL: O MERCADO DE TRABALHO NA CIDADE DE PELOTAS (1933-1943)

RENAN AMARAL ALVES¹; ARISTEU ELISANDO MACHADO LOPES²

¹Universidade Federal de Pelotas – renantapes@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – aristeuufpel@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar algumas considerações sobre como se constituía o mercado de trabalho na cidade de Pelotas na primeira década de implantação da Carteira Profissional (1933-1943). Utilizando como fonte as Fichas de Qualificação Profissional e o Bando de Dados Digital do Acervo da Delegacia Regional do Rio Grande do Sul (DRT-RS).

O acervo da DRT-RS encontra-se salvaguardado pelo Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas (NDH-UFPel) e conta com aproximadamente 630 mil Fichas de Qualificação Profissional. Estas fichas correspondem ao número de trabalhadores e trabalhadoras que solicitaram suas carteiras no estado do Rio Grande do Sul entre 1933 a 1968.

Através de uma análise quantitativa das fontes serão apresentadas neste trabalho quais as características dos trabalhadores e trabalhadoras que solicitaram a carteira profissional na cidade de Pelotas no período abordado. Com a utilização dos dados encontrados nas Fichas de Qualificação em conjunto com os do Banco de Dados Digital é possível encontrar características referentes aos solicitantes, tais como: a cor declarada, altura, sexo, alfabetização, filiação, número de filhos, empresa, profissão, entre outros dados.

2. METODOLOGIA

A carteira profissional é parte importante na conquista dos direitos dos trabalhadores e esteve conectada a um processo de institucionalização e regulação do mercado de trabalho, o que fazia parte do plano do governo de Getúlio Vargas para a consolidação de um país centralizado pelo poder Federal e que visava a inserção dos trabalhadores nas causas trabalhistas gerenciadas pelo Estado (GOMES, 1988).

As fichas de qualificação profissional faziam parte do processo de identificação dos trabalhadores solicitantes, para que fosse feita a confecção da Carteira Profissional. Estas fichas são consolidadas por meio do preenchimento dos dados detalhados do solicitante, informando as características e informações pessoais e laborais de cada trabalhador e trabalhadora.

Os constantes nas fichas são referentes aos dados de identificação pessoal como (fotografia 3x4, nome dos pais, cidade de nascimento, impressão das digitais dos dedos das mãos), dados antropométricos (altura, cor, cor dos olhos, cabelo, sinais particulares e, se homem, a presença de barba e bigode), nome da empresa e função exercida, dados referentes a beneficiários e informações especiais para os estrangeiros (LOPES, 2015).

A fonte utilizada para esta pesquisa, portanto, são as Fichas de Qualificação Profissional referentes aos trabalhadores e trabalhadoras que solicitaram o documento na cidade de Pelotas nos anos de 1933 a 1943. Busca-

se encontrar, através desta pesquisa, semelhanças e diversidades dos solicitantes por meio de análises quantitativas, no que se refere ao mercado de trabalho em que os trabalhadores estavam inseridos.

Diagnosticando as particularidades de cada grupo encontrado a partir dos dados constantes nas fichas, como estabelecimentos onde trabalhavam, cor declarada pelos trabalhadores, profissão em que eram registrados, estado civil, grau de alfabetização, entre outros.

Através desta pesquisa, com a utilização do banco de dados digital, é possível encontrar as informações referentes às fichas, na forma de números e porcentagens, possibilitando a estruturação de gráficos e tabelas, atributos da denominada História Quantitativa (BARROS, 2008).

Para Barros, a História Quantitativa pode ser vista como um Campo da História, que serve para enquadrar a pesquisa em um campo historiográfico, que deve ser acompanhado de dimensões (enfoques) e aborsagens (ou modos de fazer história).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O decreto que institui a Carteira Profissional como documento obrigatório para os trabalhadores recorrerem aos seus direitos, demonstra através dos seus parágrafos e artigos, a importância que o documento passaria a simbolizar para os trabalhadores e seu papel dentro do mercado de trabalho (LOPES, 2015).

Para este trabalho foram designados todos os trabalhadores solicitantes da carteira profissional na cidade de Pelotas. Decorrendo em solicitações feitas entre 1933 até 1943, localizando-se 1464 fichas digitadas até o momento da pesquisa no banco de dados. Desta forma, com o andamento do processo de digitação das fichas, será possível encontrar novos dados, visto que o acervo conta com informações de trabalhadores até o ano de 1968.

Destas solicitações, 1259 referem-se ao sexo masculino e 205 ao sexo feminino. No que se refere ao campo “cor declarada” do total de trabalhadores encontrados, 1156 declaram nas fichas sua cor como branca e branco, 162 como pardos e parda, 106 como preto e preta, 25 como moreno e morena, e 15 com outras denominações. Com relação ao país de nascimento dos solicitantes, 1401 fichas constam como Brasil, 25 como Portugal, 14 como Uruguai, e 24 outros países.

As principais profissões dos solicitantes encontrados eram auxiliares de comércio com 112 fichas, operário 84, comércio 75, servente 68, carpinteiro 54, pedreiro 49. Com relação a espécie dos estabelecimentos, os principais encontrados foram frigorífico com 138 fichas, curtume 47, fábrica de bebidas 41, hospital 37, engenho de arroz 32, e 1080 fichas de outras espécies de estabelecimentos. Ainda outros 89 trabalhadores não informaram o estabelecimento.

A respeito dos anos de solicitação da carteira profissional, consta uma ficha no ano de 1933, 194 em 1934, 47 em 1935, 418 em 1939, 67 em 1940, 311 em 1941, 324 em 1942, 100 em 1943, e duas fichas em situação não informada, o que demonstra que nos anos posteriores a criação da carteira, o interesse pelo novo documento aumenta consideravelmente.

Portanto, pode-se concluir que o mercado de trabalho registrado na cidade de Pelotas no período de 1933-1943 era formado em sua grande maioria por homens (85,9% de 1464 fichas). Destes homens, grande parte estava vinculado à área do comércio e da construção civil e a maioria declarou sua cor como “branco”. As mulheres (14% de 1464 fichas), em sua maioria trabalhavam na



área do comércio e a maior parte também se declarou como “branca” nos registros.

Por se tratar de uma pesquisa quantitativa, este trabalho não tem por intuito no momento se aprofundar nas especificidades de cada categoria apresentada através dos dados. Em uma pesquisa futura, será feita uma análise qualitativa destes dados e fontes, afim de abordar cada aspecto das categorias encontradas no presente trabalho.

4. CONCLUSÕES

O Estado do Rio Grande do Sul desde o início do processo de industrialização que se impulsionou durante a Primeira República (1889-1930), tem como desenvolvimento industrial uma economia interna. Através da consolidação de pequenas indústrias para o abastecimento de mercadorias de bens de consumo local. As indústrias do estado se caracterizaram pela diversidade e por serem numerosas. Contavam com maquinários de pequeno e médio porte, se comparados com os maquinários das grandes indústrias de abastecimento nacional como as de São Paulo (PEREIRA, AREND, 2002).

Como apontam os dados analisados nesta pesquisa, pode-se notar esta diversidade dentro do mercado de trabalho, pois foram encontradas pessoas de aproximadamente 14 países diferentes, com profissões como: Viajante Comercial (Líbano), Construtor Rodoviário (Alemanha), Químico Industrial (Itália), Bancário (Inglaterra), Mecânico (Grécia). E brasileiros registrados em profissões como: Auxiliar de comércio, Servente, Operário, Pedreiro, Carpinteiro.

A Carteira Profissional – atual Carteira de Trabalho e Previdência Social – por meio da regulamentação dos direitos dos trabalhadores, foi uma conquista significativa para os direitos trabalhistas no Brasil e um mecanismo de controle do estado sobre o mercado de trabalho. O decreto que institui a Carteira Profissional como documento obrigatório para os trabalhadores recorrerem aos seus direitos, demonstra através dos seus parágrafos e artigos, a importância que o documento passaria a simbolizar para os trabalhadores e seu papel dentro do mercado de trabalho (LOPES, 2015).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BRASIL. Decreto n.21.175 de 21 de março de 1932. Institui a Carteira Profissional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21175-21-marco-1932-526745-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 jul. 2017

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. História e memória dos trabalhadores no Rio Grande do Sul: O acervo da Delegacia Regional do Trabalho, 1933-1943. **Revista Memória em Rede**. Pelotas: PPGMP/UFPEL, v. 7, 2015, p. 01-15.

PEREIRA, J. M. D.; AREND, M. **O desenvolvimento da indústria gaúcha no século XX**. In: 1º Encontro de Economia Gaúcha, 2002, Porto Alegre (RS). 1º Encontro de Economia Gaúcha. Porto Alegre (RS): PUC-FEE, 2002.

FONTES:

Acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul – Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL.

Banco de Dados Digital do Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL.